

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ENSINO

ICA 37-897

**NORMAS REGULADORAS PARA OS CURSOS
DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA
ACADEMIA DA FORÇA AÉREA**

2021

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO



ENSINO

ICA 37-897

**NORMAS REGULADORAS PARA OS CURSOS
DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA
ACADEMIA DA FORÇA AÉREA**

2021



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO**

PORTARIA DIRENS Nº 172/SFA, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

Aprova a reedição da Instrução que estabelece as “Normas Reguladoras para os Cursos de Formação de Oficiais da Academia da Força Aérea”, ICA 37-897.

O DIRETOR DE ENSINO, considerando o disposto no Decreto nº 9.077, de 8 de junho de 2017, e no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, inciso III e art. 9º, inciso XII do Regulamento da Diretoria de Ensino, aprovado pela Portaria nº 683/GC3, de 16 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 37-897, “Normas Reguladoras para os Cursos de Formação de Oficiais da Academia da Força Aérea”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria DIRENS nº 412/DPL, de 13 de dezembro de 2018.

Maj Brig Ar SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA BASTOS JUNIOR
Diretor de Ensino da Aeronáutica

(Publicado no BCA nº238, de 29 de dezembro de 2021)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	7
1.1 <u>FINALIDADE</u>	7
1.2 <u>CONCEITUAÇÕES</u>	7
1.3 <u>ABREVIATURAS</u>	12
1.4 <u>COMPETÊNCIAS</u>	14
1.5 <u>ÂMBITO</u>	14
2 ENSINO.....	15
2.1 <u>CURSOS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS (CFO)</u>	15
3 ADMISSÃO E SELEÇÃO, MATRÍCULA, EXCLUSÃO TEMPORÁRIA DE CURSO, REMATRÍCULA, EXCLUSÃO DEFINITIVA DE CURSO E DESLIGAMENTO.....	16
3.1 <u>ADMISSÃO E SELEÇÃO</u>	16
3.2 <u>MATRÍCULA</u>	16
3.3 <u>EXCLUSÃO TEMPORÁRIA DO CURSO</u>	17
3.4 <u>REMATRÍCULA</u>	18
3.5 <u>EXCLUSÃO DEFINITIVA DO CURSO E DESLIGAMENTO DA AFA</u>	19
4 SITUAÇÃO MILITAR DO CADETE.....	21
4.1 <u>O CADETE</u>	21
4.2 <u>A CADETE GESTANTE</u>	21
4.3 <u>CADETES DE NAÇÕES AMIGAS</u>	22
5 APROVAÇÃO, CONCLUSÃO E DIPLOMAÇÃO.....	24
6 DISPOSIÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS.....	26

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Instrução tem por finalidade estabelecer as normas gerais referentes à matrícula, ao ensino, à situação militar do Cadete e aos demais aspectos relativos aos Cursos de Formação de Oficiais ministrados na Academia da Força Aérea (AFA).

1.2 CONCEITUAÇÕES

1.2.1 ADIÇÃO

Ato administrativo pelo qual a Aeronáutica vincula um militar a uma organização do COMAER, de acordo com normas específicas.

1.2.2 ADMISSÃO E SELEÇÃO

Processos que visam selecionar os candidatos que estarão habilitados à matrícula nos cursos ministrados pela Organização de Ensino.

1.2.3 ALUNO

Militar ou civil matriculado em uma Organização de Ensino com a finalidade de realizar um curso ou estágio. Também denominado discente, instruendo ou estagiário. Sua situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas estão regulados pelo Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

1.2.4 APTIDÃO FÍSICA MILITAR

Expressão do estado de sanidade física, mental e de condicionamento físico, que habilita o militar ao exercício das atividades funcionais, inerentes ao posto/graduação e à especialidade.

1.2.5 ÁREAS DE CONHECIMENTO

1.2.5.1 As áreas de conhecimento são definidas tendo por base a “Tabela das Áreas do Conhecimento”, elaborada pelos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. A classificação das disciplinas nas diversas áreas é realizada de acordo com a afinidade de seus conteúdos programáticos com as áreas estabelecidas na referida Tabela.

1.2.5.2 As áreas de conhecimento conforme normativos vigentes na FAB são: Ciências da Administração, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Militares, Linguística, Letras e Artes, Ciências Aeronáuticas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens, Matemática.

1.2.6 BACHAREL

Portador de grau acadêmico referente ao curso de graduação, na modalidade bacharelado.

1.2.7 BACHARELADO

Modalidade de curso de graduação que conduz ao grau de bacharel. Esse grau confere, ao diplomado, habilidades e competências em um determinado campo do saber para o exercício da atividade profissional.

1.2.8 CADETE

Aluno regularmente matriculado nos Cursos de Formação de Oficiais ministrados na Academia da Força Aérea. Também denominado aluno, discente, instruendo ou estagiário. Sua situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas estão reguladas pelo Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

1.2.9 CAMPO DE FORMAÇÃO

Os campos de formação correspondem à natureza similar dos estudos inerentes a um mesmo grupo de disciplinas. Sendo assim, para fins de clareza semântica, a DIRENS estabelece de forma específica os campos de Formação Básica, Formação Militar e Formação Profissional para a organização didática dos cursos/estágios do SISTENS.

1.2.10 CAPACIDADE REAL

Número máximo de alunos que podem ser matriculados em uma Organização de Ensino, de forma que esta possa cumprir sua missão em função das limitações impostas pelos meios disponíveis.

1.2.11 CASO FORTUITO

Fato ou evento de difícil previsão que não pode ser evitado, e que provoca consequências ou efeitos para outrem, porém não gera responsabilidade, nem direito de indenização.

1.2.12 CERTIFICADO DE RESERVISTA

Documento comprovante de inclusão do brasileiro na Reserva do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica (Art. 164 do Dec. Nº 57.654, de 20 jan. 1966 – Lei do Serviço Militar).

1.2.13 COMPORTAMENTO MILITAR

É a classificação que resulta da avaliação do comportamento do militar, à luz do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER), observado pelo cumprimento das normas e regulamentos vigentes.

1.2.14 CONCEITO

É o resultado da análise dos atributos inerentes ao exercício da função militar, de seu caráter e de sua conduta como militar e cidadão, à luz dos deveres e obrigações expressos no Estatuto dos Militares.

1.2.15 CURSO

Combinação de disciplinas e atividades organizadas nos Campos Geral, Técnico-Especializado e Militar, e Áreas do Conhecimento, conforme tabela específica, em atendimento aos objetivos definidos pelo Órgão Central de Ensino da Aeronáutica, ou por outras Organizações Militares que desenvolvam atividades de ensino em seu âmbito. São denominados “cursos” as Atividades de Ensino enquadradas nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei nº 12.464/11 – Lei de Ensino da Aeronáutica.

1.2.16 DESEMPENHO ACADÊMICO

Desempenho global do Cadete em sua vida acadêmica, abrangendo os aspectos intelectual, profissional, moral, militar e de aptidão física.

1.2.17 DESLIGAMENTO

Ato administrativo pelo qual o militar é desvinculado completamente de uma Organização Militar para seguir destino. O desligamento pode ocorrer por transferência, classificação, designação, matrícula em escola, curso e/ou estágio, licenciamento do serviço ativo, transferência para a reserva remunerada, dispensa do serviço ativo, reforma, desincorporação, anulação de incorporação, demissão e falecimento.

1.2.18 DIPLOMA

Documento oficial conferido aos que concluem, na Aeronáutica, com aproveitamento, cursos/estágios que habilitem ao exercício profissional militar de nível técnico ou superior e/ou à progressão na carreira militar; estágios que habilitem ao exercício profissional militar, e, ainda, a cursos que ampliem conhecimentos em áreas de interesse da Aeronáutica em nível “*Stricto Sensu*”.

1.2.19 DOCENTE

Militar ou civil qualificado, designado para ministrar aulas em cursos ou estágios no âmbito do Comando da Aeronáutica.

1.2.19.1 Instrutor de Voo:

Oficial Aviador que cumpriu com aproveitamento o Curso de Formação de Instrutor previsto no Programa de Instrução e Manutenção Operacional (PIMO) e foi homologado pelo Conselho Operacional da Divisão de Operações Aéreas da AFA como apto a ministrar instrução de voo para o CFOAv.

1.2.19.2 Instrutor Militar:

Docente designado para ministrar instrução doutrinária militar e/ou técnico-especializada, desenvolvendo atributos militares de Liderança, Ética, Disciplina e Doutrina Militar, bem como ministrar instruções técnico-profissionais de caráter essencialmente práticas.

1.2.19.3 Professor:

Docente designado para ministrar instrução científica, desenvolvendo o pensamento científico e a capacidade intelectual e racional do Cadete.

1.2.20 EIXO

Mecanismo para caracterizar a forma agrupada de disciplinas que possuem conhecimentos e aplicações científicas que se utilizam de critérios de base epistemológica única e representam uma formação específica.

1.2.21 *EX OFFICIO*

Termo usado, por força de lei, nos atos administrativos que independem de motivação por parte dos militares, devendo ser providenciados por Órgão Público competente.

1.2.22 EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)

Processo que visa a estabelecer um prognóstico de adaptação de candidatos militares e civis à atividade/quadro/cargo/função, através da avaliação de aspectos motivacionais, características de personalidade, aptidões específicas e potencial geral, com base no perfil de exigências psicológicas estabelecido.

1.2.23 EXCLUSÃO DO CURSO

Ato administrativo pelo qual o aluno é desvinculado do Curso de Formação de Oficiais para o qual foi matriculado. A exclusão dos Cursos da AFA poderá ocorrer em caráter temporário, condição na qual ainda há a possibilidade do Cadete excluído ser rematriculado, ou em caráter definitivo, quando o Cadete excluído deva ser desligado da AFA, não mais havendo possibilidade de matrícula.

1.2.24 HABILITAÇÃO À MATRÍCULA

Processo de verificação do atendimento às condições para a matrícula dos candidatos selecionados pela Junta Especial de Avaliação (JEA), aprovados nas etapas do Exame de Admissão ou em processo seletivo e classificados dentro do número de vagas fixadas por Curso.

1.2.25 HISTÓRICO ESCOLAR

Documento escolar fornecido pela Organização de Ensino responsável pelo curso/estágio que contém, além dos dados pessoais do aluno, os resultados oficiais do aproveitamento escolar obtido, segundo o regime de estudo adotado pela instituição. No histórico são relacionadas as disciplinas com suas ementas e respectivas cargas horárias.

1.2.26 INSTRUÇÕES REGULADORAS DAS INSPEÇÕES DE SAÚDE NA AERONÁUTICA (IRIS) - ICA 160-1

Instrução que tem por finalidade estabelecer as normas e os processos gerais que orientam e disciplinam a realização das Inspeções de Saúde no Sistema de Saúde (SISAU) do Comando da Aeronáutica.

1.2.27 INSTRUÇÕES TÉCNICAS DAS INSPEÇÕES DE SAÚDE NA AERONÁUTICA (ITIS) – ICA 160-6

Instrução que tem por finalidade estabelecer os requisitos, causas de incapacidade, normas e rotinas para a execução das Inspeções de Saúde pelas Juntas de Saúde do Sistema de Saúde (SISAU) do Comando da Aeronáutica.

1.2.28 JUNTA ESPECIAL DE AVALIAÇÃO (JEA)

Comissão presidida pelo Diretor de Ensino ou, quando de sua impossibilidade, pelo Subdiretor de Ensino, composta por representantes das OM envolvidas nas atividades dos Exames de Admissão e de Seleção, coordenada pela DIRENS, e que se reúne com o objetivo de analisar os resultados obtidos pelos candidatos no Exame, a fim de consolidar e homologar a relação nominal dos selecionados para Habilitação à Matrícula.

1.2.29 JUNTA ESPECIAL DE SAÚDE (JES)

Junta médica constituída por, no mínimo, três Oficiais do QOMed, designados

pelo Diretor de Saúde, por proposta dos Comandantes, Chefes ou Diretores das OM onde elas tenham sido criadas. A JES serão criadas, suspensas temporariamente ou extintas pelo Diretor de Saúde, onde a necessidade do serviço assim o exigir e serão presididas pelos Diretores dos órgãos do SISAU, integrados nas estruturas das mencionadas organizações. As atribuições da JES estão descritas na ICA 160-1 - “Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde na Aeronáutica – IRIS”.

1.2.30 JUNTA REGULAR DE SAÚDE (JRS)

Junta médica constituída, em princípio, por três Oficiais do QOMed, podendo, circunstancialmente, configurar-se com médicos da reserva convocada, desde que a presidência seja de Oficial do QOMed. É atribuição da JRS a inspeção do Pessoal de Terra do COMAER, conforme detalhamento previsto na ICA 160-1 - “Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde na Aeronáutica – IRIS”.

1.2.31 JUNTA SUPERIOR DE SAÚDE (JSS)

Junta médica presidida pelo Diretor de Saúde ou por Oficial General do Quadro de Oficiais Médicos da Aeronáutica da Ativa (QOMed), por ele designado, integrada, no mínimo, por mais quatro Oficiais Superiores do QOMed, de preferência pertencentes ao efetivo da DIRSA. As atribuições da JSS estão descritas na ICA 160-1 – “Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde na Aeronáutica – IRIS”.

1.2.32 MATRÍCULA

Ato de admissão em um Curso ou Estágio expedido pelo Comandante da Organização de Ensino, por meio de publicação em Boletim do Comando da Aeronáutica ou Boletim Interno, decorrente de Ordem de Matrícula emanada pelo Diretor de Ensino.

1.2.33 ORDEM DE MATRÍCULA

Ato do Diretor de Ensino que determina à Organização de Ensino a matrícula dos candidatos selecionados e habilitados para realização de Cursos ou Estágios nas vagas existentes.

1.2.34 ÓRGÃO COLEGIADO

Instância de representação de determinado grupo, responsável por tomada de decisões compartilhadas, e assessoramento a outros setores.

1.2.35 PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC)

Instrumento de concepção de ensino e aprendizagem de um curso e apresenta características de um projeto, no qual devem ser definidos os seguintes componentes: concepção do curso, estrutura do curso (currículo, corpo docente, corpo técnico-administrativo e infraestrutura), procedimentos de avaliação (dos processos de ensino e aprendizagem e do curso), instrumentos normativos de apoio (composição do colegiado, procedimentos de estágio, TCC, etc.), entre outros. O documento orienta o que se preconiza para o ensino, focando, separadamente, cada um dos cursos ministrados pela Instituição.

1.2.36 PUNIÇÃO

Ato de sanção administrativa que se impõe a militar por falta cometida.

1.2.37 RECRUTAMENTO

Processo de captação de pessoal para ingresso no Comando da Aeronáutica, de acordo com a legislação em vigor.

1.2.38 REMATRÍCULA

Ato do Comandante da AFA que, cumpridos todos os requisitos necessários, readmite o Cadete no respectivo Curso de Formação, depois de cessado o motivo de sua exclusão temporária.

1.2.39 REQUERIMENTO DE RECONSIDERAÇÃO DE REPROVAÇÃO

Documento pelo qual o Cadete requer ao Comandante da AFA a reconsideração de sua reprovação no Curso de Formação, por não ter atingido os objetivos propostos no respectivo PPC.

1.2.40 RESERVA

Contingente de cidadãos que cumpriram os requisitos legais do Serviço Militar ou que dele foi dispensado, mantendo-se, porém, sujeito a incorporar-se às fileiras, caso exijam as circunstâncias.

1.3 ABREVIATURAS

AFA	Academia da Força Aérea
AMT	Armamento, Munição e Tiro
ATC	Atividade de Campanha
CAIC-B	Curso de Adaptação ao Idioma e Cultura Brasileira
CCAER	Corpo de Cadetes da Aeronáutica
CEMAL	Centro de Medicina Aeroespacial
CF	Conceito Final
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFOAv	Curso de Formação de Oficiais Aviadores
CFOInf	Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica
CFOInt	Curso de Formação de Oficiais Intendentes
CM	Conceito Militar
COMAER	Comando da Aeronáutica
CPCAR	Curso Preparatório de Cadetes-do-Ar
DE	Divisão de Ensino
DIRENS	Diretoria de Ensino da Aeronáutica

DOA	Divisão de Operações Aéreas
EAM	Estágio de Adaptação Militar
EIA	Esquadrão de Instrução Aérea
EMAER	Estado-Maior da Aeronáutica
IC	Instrução de Comando
IE	Instruções Específicas
IRIS	Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde na Aeronáutica
ISE	Instrução de Salto de Emergência
ISMA	Instrução de Sobrevivência no Mar
IS	Instrução de Serviço
ISS	Instrução de Sobrevivência na Selva
ITIS	Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica
JEA	Junta Especial de Avaliação
JES	Junta Especial de Saúde
JRS	Junta Regular de Saúde
JSS	Junta Superior de Saúde
MFC	Média Final de Curso
NOREG	Normas Reguladoras
NPA	Norma Padrão de Ação
NS	Nota de Serviço
OE	Organização de Ensino
OI	Ordem de Instrução
OM	Organização Militar
PIMO	Programa de Instrução e Manutenção Operacional
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
RRR	Requerimento de Reconsideração de Reprovação
SISTENS	Sistema de Ensino
TACF	Teste de Avaliação do Condicionamento Físico

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

VA Verificação de Aprendizagem

1.4 COMPETÊNCIAS

1.4.1 COMPETE À DIRENS:

- a)** cumprir e determinar o cumprimento das Diretrizes de Ensino da Aeronáutica;
- b)** emitir Instruções e Normas pertinentes ao Ensino nas OE Subordinadas;
- c)** expedir as ordens de matrícula dos Cursos de Formação ministrados pelas OE Subordinadas;
- d)** analisar e aprovar as propostas de revisão e modificação das NOREG e dos PPC elaborados pelas OE subordinadas, publicando-os em Boletim do COMAER; e
- e)** remeter ao Gabinete do Comandante da Aeronáutica as listas dos concluintes dos Cursos de Formação ministrados pelas OE subordinadas, a fim de que sejam publicadas as respectivas Portarias de Declaração.

1.4.2 COMPETE À AFA:

- a)** planejar, executar e avaliar os Cursos de Formação que lhe forem atribuídos, de acordo com as normas, instruções e os documentos de ensino aprovados;
- b)** propor à DIRENS a revisão ou modificação das NOREG e dos PPC relativos aos Cursos de Formação ministrados pela AFA;
- c)** elaborar, aprovar e executar o Calendário Escolar;
- d)** publicar em Boletim do COMAER a relação dos matriculados nos Cursos de Formação;
- e)** efetivar a matrícula, a rematrícula, a aprovação, a reprovação, a exclusão temporária, a exclusão definitiva, a conclusão, a certificação, a diplomação do Cadete nos Cursos de Formação, bem como seu desligamento da AFA;
- f)** expedir os diplomas, os históricos escolares, as declarações de conclusão e demais documentos comprobatórios referentes à vida escolar do Cadete, com as especificações necessárias;
- g)** remeter à DIRENS as listas dos concluintes dos CFOAv, CFOInt e CFOInf, a fim de que sejam publicadas as Portarias de Declaração de Aspirantes a Oficial;
- h)** registrar, em livro próprio, os certificados, diplomas e os históricos escolares;
- i)** encaminhar à DIRENS o relatório final das avaliações/críticas dos Cursos de Formação;
- j)** elaborar documentos complementares relativos à execução das atividades de ensino, tais como NPA, NS, IC, OI, PIMO, dentre outros.

1.5 ÂMBITO

A presente Instrução aplica-se aos Cursos de Formação ministrados pela AFA e, no que couber, à DIRENS.

2 ENSINO

2.1 CURSOS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS (CFO)

2.1.1 A AFA tem como missão, por meio da educação superior, em nível de Graduação, na modalidade Bacharelado, formar Oficiais de Carreira da Aeronáutica dos Quadros de Oficiais Aviadores (QOAV), Intendentes (QOINT) e de Infantaria da Aeronáutica (QOINF), desenvolvendo nos Cadetes os atributos militares, intelectuais e profissionais, bem como os padrões éticos, morais, cívicos e sociais, de forma a obter, ao final deste processo de Formação, Oficiais em condições de se tornarem líderes de uma moderna Força Aérea.

2.1.2 O Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAv), o Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOInt) e o Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (CFOInf) ministrados na AFA são cursos permanentes, com início, duração e término definidos em documentos aprovados pela DIRENS e pela AFA.

2.1.3 O CFOAv, CFOInt e o CFOInf têm por finalidade formar Oficiais da ativa da Aeronáutica, do QOAV, QOINT e QOINF, respectivamente.

2.1.4 Esses CFO qualificam seus concluintes para o desempenho dos cargos e o exercício das funções inerentes aos postos iniciais da carreira.

2.1.5 Os CFO ministrados na AFA foram desenvolvidos com base em PPC, os quais contemplam os Eixos: Administração Pública, Ciências Aeronáuticas, Ciências da Logística, Ciências Militares e Instrução Militar e Doutrina, que visam à formação do futuro Oficial da ativa da Aeronáutica.

2.1.6 O Bacharelado em Administração, com ênfase em Administração Pública, será concedido aos Cadetes que concluírem os CFO da AFA e que tenham sido declarados Aspirante a Oficial. Tem por finalidade qualificar os futuros Oficiais para o desempenho da Gestão Pública e para o aperfeiçoamento dos processos administrativos e operacionais da Aeronáutica.

2.1.7 A conclusão com aproveitamento dos CFO ministrados na AFA confere aos concluintes as titulações descritas no item 5 desta Instrução.

2.1.8 O CFOAv, o CFOInt e o CFOInf são realizados em período integral, em regime de internato, exigindo dedicação exclusiva do Cadete.

3 ADMISSÃO E SELEÇÃO, MATRÍCULA, EXCLUSÃO TEMPORÁRIA DE CURSO, REMATRÍCULA, EXCLUSÃO DEFINITIVA DE CURSO E DESLIGAMENTO

3.1 ADMISSÃO E SELEÇÃO

3.1.1 A Admissão para os CFO da AFA far-se-á por intermédio de Exames de Admissão e de acordo com o estabelecido nas IE aprovadas pela DIRENS e em Portarias do Comandante da Aeronáutica e do Diretor de Ensino da Aeronáutica.

3.1.2 As vagas para o ingresso nos CFO serão estabelecidas atendendo às necessidades de pessoal do Comando da Aeronáutica, observada a capacidade real da AFA.

3.1.3 A ADMISSÃO PARA O CFOAv SERÁ REALIZADA:

a) dentre os Alunos do CPCAR ministrado na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), que satisfizerem as condições exigidas para a matrícula no 1º ano do CFOAv; e

b) por meio de Exame de Admissão, de acordo com o estabelecido no “Plano de Pessoal da Aeronáutica – PPAER (PCA 30-1)”, aprovado pelo Comandante da Aeronáutica, e pelas respectivas IE, aprovadas pela DIRENS.

3.1.4 A ADMISSÃO E A SELEÇÃO PARA O CFOInt E CFOInf SERÁ REALIZADA:

a) por meio de Exame de Admissão, de acordo com o estabelecido no “Plano de Pessoal da Aeronáutica – PPAER (PCA 30-1)”, aprovado pelo Comandante da Aeronáutica, e pelas respectivas Instruções Específicas, aprovadas pela DIRENS; e

b) por meio de seleção dentre os alunos do CPCAR que tenham concluído com aproveitamento o referido curso e não tenham sido matriculados no CFOAv, por não terem obtido em inspeção de saúde o parecer “APTO” para a atividade aérea militar, conforme regras e critérios definidos na Portaria nº 1.338/GC3, de 6 de agosto de 2019, do Comandante da Aeronáutica.

3.1.4.1 As vagas para o CFOInt e CFOInf destinadas aos alunos que concluíram o CPCAR com aproveitamento e que foram considerados não “APTOS”, em inspeção de saúde, para a atividade aérea militar serão definidas, anualmente, por portaria do Diretor de Ensino da Aeronáutica.

3.2 MATRÍCULA

3.2.1 Será matriculado no CFOAv da AFA, o aluno do CPCAR que receber Ordem de Matrícula da DIRENS.

3.2.2 A matrícula no CFOAv, CFOInt ou no CFOInf deverá obedecer ao estabelecido nas IE para os respectivos Exames de Admissão ou em Portarias específicas.

3.2.3 A DIRENS expedirá Ordem de Matrícula, publicada em Boletim do Comando da Aeronáutica, para:

a) os alunos que concluírem, com aproveitamento, o CPCAR e satisfizerem as condições exigidas para matrícula no 1º ano do CFOAv;

b) os candidatos aprovados no Exame de Admissão para ingresso no CFOAv, no CFOInt ou no CFOInf e selecionados pela JEA; e

c) os alunos do CPCAR que atenderem aos requisitos da Portaria nº 1.338/GC3, de 6 de agosto de 2019, do Comandante da Aeronáutica para ingresso no CFOInt ou no CFOInf.

3.2.3.1 As matrículas decorrentes da ordem de matrícula da DIRENS serão efetivadas por ato do Comandante da AFA, a contar do primeiro dia do respectivo período letivo, mediante publicação em Boletim Interno e em Boletim do Comando da Aeronáutica. Para os candidatos na condição de excedentes no Exame de Admissão, a matrícula será efetivada a contar da data de sua apresentação na Organização de Ensino.

3.2.3.2 A matrícula de militares pertencentes às demais Forças Armadas Brasileiras, às Forças Armadas de Nações Amigas ou aos Órgãos de Segurança Pública, será efetuada por ato do Comandante da AFA, após a expedição da Ordem de Matrícula pela DIRENS.

3.2.3.3 Os Cadetes matriculados no 1º ano do CFOAv, do CFOInt e do CFOInf oriundos do Exame de Admissão, serão incluídos no efetivo da AFA para fins de instrução e disciplina, onde ingressam no “Bom Comportamento”, conforme previsto no Parágrafo 4º do Art. 40 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER), aprovado pelo Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975, devendo, no mínimo, manter esse comportamento até o final do Curso.

3.2.3.4 Os Cadetes matriculados no 1º ano do CFOAv oriundos do CPCAR serão incluídos no efetivo da AFA para fins de instrução e disciplina, desde que estejam classificados no “Bom Comportamento”, de acordo com o RDAER, devendo, no mínimo, manter esse comportamento até o final do Curso.

3.2.3.5 Os Cadetes matriculados no 1º ano do CFOInt e do CFOInf, oriundos do processo seletivo, nos termos da Portaria nº 1.338/GC3, de 6 de agosto de 2019, do Comandante da Aeronáutica, serão incluídos no efetivo da AFA para fins de instrução e disciplina, desde que tenham sido, quando desligados da EPCAR, classificados no “Bom Comportamento”, de acordo com o RDAER, devendo, no mínimo, manter esse comportamento até o final do Curso.

3.2.3.6 Estarão impedidos de receber matrícula no CFOAv, CFOInt e CFOInf, em caráter definitivo, os alunos que tenham sido desligados de qualquer OE do COMAER pelos motivos constantes nas letras “c”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j” e “k” do item 3.5.1 desta Instrução.

3.2.3.7 Não poderá ser novamente matriculado em um dos CFO ministrados pela AFA o Cadete que teve matrícula anterior efetuada a título precário.

3.2.3.8 A constatação de omissão ou falta de veracidade de quaisquer informações ou documentos exigidos do candidato implicará, a qualquer momento, tornar nula a sua matrícula, bem como todos os atos dela decorrentes, independente das sanções previstas em lei ou regulamentos militares.

3.3 EXCLUSÃO TEMPORÁRIA DO CURSO

3.3.1 O Cadete que for julgado por Junta de Saúde da Aeronáutica “INCAPAZ TEMPORARIAMENTE” ou “APTO COM RESTRIÇÃO” e que não puder prosseguir nas instruções dos Eixos Administração Pública, Ciências Aeronáuticas, Ciências da Logística, Ciências Militares e Instrução Militar e Doutrina, será excluído temporariamente do respectivo Curso, permanecendo adido à AFA, sendo submetido a nova Inspeção de Saúde ao término de cada incapacidade ou restrição, cujo prazo será limitado a dois anos, conforme previsto na ICA 160-1 - “Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde na Aeronáutica – IRIS”.

3.3.2 Cessada a incapacidade ou a restrição, o Comandante da AFA deliberará sobre a rematrícula do Cadete no Curso, a qual, dependendo do período que esteve afastado e do prejuízo aferido na instrução poderá ocorrer no mesmo ano letivo em que se encontrava ou permitida por uma única vez, no início do ano letivo subsequente ao parecer da Junta de Saúde que o tenha julgado “APTO”, sem restrição, para prosseguir nas instruções dos Eixos Administração Pública, Ciências Aeronáuticas, Ciências da Logística, Ciências Militares e Instrução Militar e Doutrina.

3.3.3 O Cadete reprovado na área acadêmica que efetuar RRR prosseguirá normalmente nas atividades acadêmicas, não sendo excluído do Curso até a decisão final do Comandante da AFA.

3.3.4 O Cadete reprovado em atividades ligadas à atividade aérea e que efetuar Requerimento de Reconsideração de Reprovação será afastado da instrução de voo e prosseguirá normalmente nas atividades acadêmicas, não sendo excluído do Curso até a decisão final do Comandante da AFA.

3.4 REMATRÍCULA

3.4.1. A reinclusão do Cadete no respectivo Curso de Formação será efetivada pela rematrícula.

3.4.2 Depois de cessado o motivo da exclusão do Curso, o Cadete deverá solicitar a sua rematrícula por meio de requerimento ao Comandante da AFA.

3.4.3 O Cadete que não optar pela rematrícula deverá manifestar por escrito a sua desistência definitiva à vaga do Curso, solicitando seu desligamento da AFA e licenciamento do serviço ativo.

3.4.4 Ao ser rematriculado na mesma turma, o Cadete deve retomar as atividades de seu Curso sem prejuízo ao seu rendimento acadêmico, devendo cumprir em horários alternativos o conteúdo não cumprido durante o período de afastamento. Será mantida sua classificação provisória na turma e considerados os graus já obtidos em todas as disciplinas.

3.4.5 Quando ocorrer da rematrícula do Cadete ser efetivada em turma diferente da sua turma de ingresso, deverá ser observado que:

- a)** deverão ser atendidos todos os requisitos do PPC do ano do curso para o qual foi rematriculado. Para tanto, será conduzida análise em relação ao PPC do Curso atual, devendo ser feitas as adequações necessárias quanto à verificação de equivalências e cumprimento das disciplinas não comuns;
- b)** haverá aproveitamento dos graus obtidos em disciplinas já cursadas, não sendo necessária a realização das verificações de aprendizagem novamente, cabendo às Subdivisões de Curso assessorar o Chefe da Divisão de Ensino quanto à necessidade do Cadete participar novamente das aulas nas quais já obteve a equivalência;
- c)** o aproveitamento citado na alínea “b” não se aplica às disciplinas referentes ao Estágio de Instrução Aérea e ao TACF, as quais o cadete rematriculado deverá frequentar normalmente e participar de todas as avaliações previstas;
- d)** no ano da rematrícula, será reclassificado na última posição na classificação provisória da nova turma. Caso mais de um Cadete seja rematriculado na mesma turma, a classificação provisória será realizada de acordo com a ordem cronológica da rematrícula dos cadetes;

e) no ano da rematrícula, para Média Final de Ano (MFA) serão considerados todos os graus das disciplinas já cursadas e com equivalência às disciplinas do atual Curso em que o Cadete foi rematriculado; e

f) para a classificação no final do ano em que for rematriculado, serão utilizados os valores de MFA obtidos nos anos anteriores.

3.4.6 O aproveitamento de estudos é obtido por equivalência entre disciplinas já cumpridas e concluídas com aproveitamento (disciplinas em que o cadete tenha sido aprovado) nos Cursos ministrados pela AFA.

3.4.7 A equivalência é concedida quando há compatibilidade entre os conteúdos das disciplinas e compatibilidade de cargas horárias superiores a 70% (setenta por cento).

3.4.8 Para equivalência, a disciplina deve ter sido concluída com aproveitamento nos últimos 10 (dez) anos, tomando-se como referência a data da rematrícula e a data de conclusão da disciplina.

3.4.9 A extinção de uma atividade não cursada pelo Cadete, por alterações na matriz curricular, obriga-o a cursar a atividade equivalente.

3.5 EXCLUSÃO DEFINITIVA DO CURSO E DESLIGAMENTO DA AFA

3.5.1 A exclusão definitiva do Cadete do respectivo Curso de Formação e seu desligamento da AFA serão efetivados por ato do Comandante da AFA nos seguintes casos:

a) por conclusão, com aproveitamento, nas condições estabelecidas em PPC específico, publicado em Boletim do COMAER, referentes ao Curso em que estava matriculado;

b) por motivo de saúde, quando julgado pelo CEMAL e homologado pela JSS, “INCAPAZ DEFINITIVAMENTE PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE AÉREA” e “APTO COM RESTRIÇÃO DEFINITIVA PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE AÉREA”, no caso do CFOAv;

c) por motivo de saúde, quando julgado “INCAPAZ DEFINITIVAMENTE PARA O SERVIÇO” por Junta de Saúde da Aeronáutica e homologado pela JSS, para todos os CFO ministrados pela AFA;

d) a pedido do interessado, ao ser deferido requerimento solicitando sua exclusão definitiva do Curso e desligamento da AFA;

e) por não atingir os parâmetros ou pontos de corte estabelecidos no respectivo PPC.

f) por condenação em virtude de crime militar ou comum, logo que a sentença transite em julgado;

g) por licenciamento ou exclusão a bem da disciplina, de acordo com o Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER);

h) por ingressar no “Insuficiente” ou no “Mau Comportamento”, de acordo com o Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER);

i) por utilizar ou tentar utilizar meios ilícitos na realização de qualquer atividade avaliada, comprovado após apuração em Sindicância ou processo administrativo disciplinar;

- j)** por apresentar inaptidão para a carreira militar ou incompatibilidade com a condição de Cadete da AFA ou de futuro Oficial da Aeronáutica por meio do cometimento de atos que comprometam os valores, os deveres e a ética militar, conforme definidos no Estatuto dos Militares e nos regulamentos e normas do Comando da Aeronáutica;
- k)** por deserção, nos termos do Código Penal Militar;
- l)** por ser considerado extraviado, conforme o Estatuto dos Militares;
- m)** por reforma, conforme o Estatuto dos Militares;
- n)** por falecimento;
- o)** por assumir função ou cargo decorrente de aprovação em concurso público, mesmo que para Estágio Probatório;
- p)** por deixar de atender, ao longo de sua formação, as condições essenciais de não possuir filhos ou dependentes, conforme disposto no Estatuto dos Militares e na Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019; e
- q)** por motivo extraordinário, quando não se enquadrar nas situações acima citadas.

3.5.2 Após a exclusão definitiva do Cadete no Curso de Formação, a AFA tomará as ações administrativas decorrentes para o seu desligamento, de acordo com o que dispuser a legislação aplicável a cada caso.

3.5.3 O Cadete que for desligado da AFA terá sua situação militar regulada de acordo com a NSCA 33-2 - “Situação Militar dos Desligados dos Cursos e Estágios de Formação de Oficiais e de Praças da Ativa e do Curso de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica”.

4 SITUAÇÃO MILITAR DO CADETE

4.1 O CADETE

4.1.1 O Cadete da AFA é militar da ativa da Aeronáutica, Praça Especial, possuindo sua precedência hierárquica, prerrogativas, direitos e deveres definidos no Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

4.1.2 Durante todo o curso o Cadete deverá estar, no mínimo, no “Bom Comportamento”, conforme o Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER).

4.1.3 A precedência hierárquica entre os Cadetes é estabelecida tomando-se por base a ordenação decrescente dos anos dos Cursos, pelo ano que estiver cursando e, dentro do mesmo ano, pela classificação geral obtida nos anos anteriores, de acordo com o respectivo PPC do Curso de Formação.

4.1.4 Dentre os Cadetes de um mesmo ano, os Cadetes do CFOAv têm precedência hierárquica sobre os Cadetes do CFOInt e estes sobre os Cadetes do CFOInf.

4.1.5 No 1º ano, os Cadetes do CFOAv oriundos do Exame de Admissão têm sua precedência hierárquica estabelecida conforme a classificação final obtida no Exame de Admissão, na sequência, logo após o último classificado do CPCAR.

4.1.6 No 1º ano, os Cadetes do CFOInt e CFOInf oriundos do Exame de Admissão têm sua precedência hierárquica conforme a classificação final obtida no Exame de Admissão, precedidos dos ex-Alunos do CPCAR aprovados em processo seletivo conforme alínea “b” do item 3.1.4.

4.1.7 Durante a realização do CFOAv, CFOInt ou CFOInf, o Cadete estará sujeito ao regime escolar da AFA, isto é, em regime de internato, e fará jus à remuneração fixada em lei de acordo com a graduação, além de alimentação, alojamento, fardamento, assistência médico-hospitalar e odontológica.

4.1.8 Constitui condição essencial para ingresso e permanência dos CFO da AFA não possuir filhos ou dependentes. Essa condição decorre da incompatibilidade com o regime exigido para os Cursos, uma vez que estes demandam regime de internato, de dedicação exclusiva e de disponibilidade permanente peculiar à carreira militar, conforme disposto no Estatuto dos Militares e na Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.

4.2 A CADETE GESTANTE

4.2.1 Além do disposto no item 4.1.8, a incompatibilidade do estado de gravidez da Cadete com a vida acadêmica militar está ainda relacionada às seguintes atividades rotineiras e compulsórias da AFA:

- a)** treinamentos de adaptação a situações de desconforto, com reduzido tempo de descanso e variações de gradiente térmico;
- b)** treinamentos em Exercício de Campanha (ATC), sobrevivência em ambiente de selva (ISS) e de mar (ISMA), com privação do sono, e limitação de água e alimento;
- c)** treinamento para salto de emergência com paraquedas (ISE);
- d)** treinamentos em câmara hipobárica, centrífuga humana e instrução prática sobre hipóxia, hiperventilação, sistemas de oxigênio, voo pressurizado e

despressurização, acelerações, uso da cadeira de ejeção e desorientação espacial, para as Cadetes do CFOAv;

e) instruções de marchas diurnas e noturnas, com transposição por terreno acidentado, de relevo íngreme e vegetação densa;

f) instruções de educação física, de defesa pessoal e participação em competições esportivas;

g) instruções com transposição de obstáculos;

h) instruções de tiro, com manuseio de armamentos e artefatos bélicos (AMT); e

i) treinamentos com elevados níveis de estresse emocional e físico, com simulações de ambiente hostil, na condição de tripulante ou de combatente em situação de fuga e evasão.

4.2.2 Periodicamente, a cada Inspeção de Saúde realizada nas Cadetes, será obrigatório o teste imunológico de gravidez (TIG), conforme previsto na ICA 160-6 - “Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica – ITIS”.

4.2.3 A qualquer tempo, em caso de constatação de gravidez, a Cadete deverá comunicar imediatamente sua situação ao Comando do Corpo de Cadetes da Aeronáutica (CCAER), a fim de que seja submetida a Inspeção de Saúde e avaliada por Junta de Saúde da Aeronáutica, e seja afastada das atividades de instrução e excluída temporariamente do respectivo Curso.

4.2.3.1 Confirmada a gravidez, a Cadete será excluída temporariamente do Curso e permanecerá afastada da AFA, na situação de adida, enquanto durar a gestação, sem prejuízo da assistência médica e da remuneração.

4.2.3.2 A partir da data do parto, será mantido o afastamento total da Cadete da AFA por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a título de licença maternidade. No caso de nascimento prematuro, este afastamento terá início a partir da data do parto.

4.2.3.3 Terminado o período de licença maternidade, será procedida sua exclusão definitiva do Curso, seu desligamento da AFA e o licenciamento do serviço ativo, conforme a letra “p” do item 3.5.1 desta Instrução.

4.2.3.4 No caso de abortamento espontâneo ou de natimorto, a partir da ocorrência do fato, a Cadete deverá se submeter a Inspeção de Saúde e permanecerá afastada por 60 (sessenta) dias consecutivos. Findo este prazo, deverá ser submetida a nova Inspeção de Saúde.

4.2.3.4.1 Após a realização de Inspeção de Saúde, caso obtenha parecer “APTA” da Junta de Saúde para prosseguir no respectivo Curso de Formação e havendo interesse na rematrícula, caberá à Cadete comunicar tal fato ao Comando do CCAER, a fim de que sejam iniciados os procedimentos para sua rematrícula.

4.3 CADETES DE NAÇÕES AMIGAS

4.3.1 A matrícula e o acompanhamento de Cadetes das Forças Armadas de Nações Amigas nos CFO ministrados na AFA ocorrerão conforme previsto na ICA 37-21-“Atividades de Ensino no Comando da Aeronáutica para Integrantes de Forças Armadas de Nações Amigas”.

4.3.2 Os CFO da AFA são ministrados integralmente na Língua Portuguesa, devendo o Cadete estrangeiro ter conhecimento suficiente desse idioma, tanto escrito como falado, para cumprir os requisitos de desempenho acadêmico e de instrução militar.

4.3.3 Aos Cadetes estrangeiros serão aplicadas as mesmas exigências que são estabelecidas para os Cadetes brasileiros, excetuando-se os aspectos discriminados no PPC do respectivo Curso.

4.3.4 Ao término do Curso será realizada uma análise global do desempenho do Cadete estrangeiro, para definição da concessão do Diploma de Conclusão ou do Certificado de Frequência, em função do aproveitamento atingido.

4.3.5 Ao Cadete estrangeiro que concluir o Curso com aproveitamento será fornecido o Currículo e/ou Histórico Escolar e demais documentos correspondentes à instrução realizada.

4.3.6 Caso o Cadete estrangeiro não atenda às condições pertinentes aos aspectos didático-pedagógicos e/ou técnico-especializados fará jus a um Certificado de Frequência, sem constar a menção final. Será fornecido também o Currículo e/ou Histórico Escolar e demais documentos correspondentes ao Curso realizado.

4.3.7 A participação do Cadete estrangeiro em viagens curriculares ao exterior ficará condicionada à aprovação do Estado-Maior da Aeronáutica.

4.3.8 O Cadete estrangeiro participará de todas as atividades escolares, exceto os trabalhos que impliquem uso de documentação e publicações de natureza sigilosa ou que envolvam assuntos que não devam ser de seu conhecimento.

4.3.9 Sempre que possível, às atividades restritas aos Cadetes brasileiros deverão corresponder outras, de classe ou extraclasse, destinadas especificamente aos Cadetes estrangeiros.

5 APROVAÇÃO, CONCLUSÃO E DIPLOMAÇÃO

5.1 A aprovação do Cadete no respectivo Curso de Formação dar-se-á de acordo com as condições estabelecidas nos respectivos PPC de cada Curso.

5.2 O Cadete será declarado Aspirante a Oficial ao concluir com aproveitamento o CFOAv, o CFOInt ou o CFOInf, devendo ainda ser julgado “APTO” em Inspeção de Saúde, realizada por Junta de Saúde da Aeronáutica, conforme requisitos e procedimentos previstos na ICA 160-6 - “Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica – ITIS” e na ICA 160-1 - “Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde na Aeronáutica – IRIS”.

5.3 O CFOAv confere a seus concluintes as seguintes Graduações: Bacharel em Ciências Aeronáuticas, com Habilitação em Aviação Militar e Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública. (Art. 25 da Lei nº 12.464 de 05 ago. 2011).

5.4 O CFOInt confere a seus concluintes as seguintes Graduações: Bacharel em Ciências da Logística, com Habilitação em Intendência da Aeronáutica e Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública. (Art. 26 da Lei nº 12.464 de 05 ago. 2011).

5.5 O CFOInf confere a seus concluintes as seguintes Graduações: Bacharel em Ciências Militares, com Habilitação em Infantaria da Aeronáutica e Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública. (Art. 27 da Lei nº 12.464 de 05 ago. 2011).

5.6 Os Cursos de Formação ministrados pela AFA conferirão a seus concluintes Diplomas ou Certificados de Conclusão e Histórico Escolar com as respectivas disciplinas, cargas horárias e médias obtidas, com registro em livro próprio, conforme ICA 37-468 - “Procedimentos Para a Confecção, Expedição, Registro, Apostilamento de Diplomas, Certificados e Históricos Escolares”.

5.7 A emissão de segundas vias dos documentos citados no item 5.6 implicará na cobrança de taxas administrativas, conforme ICA 37-468 - “Procedimentos Para a Confecção, Expedição, Registro, Apostilamento de Diplomas, Certificados e Históricos Escolares”.

5.7.1 As eventuais necessidades de correções de nome e número de documentos nos Diplomas, Certificados de Conclusão e Histórico Escolar devem ser apontadas pelo Cadete, antes da confecção dos citados documentos, uma vez que sua reemissão implicará na cobrança de taxas administrativas.

5.8 Será conferido aos Cadetes das Forças Armadas de Nações Amigas, o Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso ou o Certificado de Frequência, de acordo com o seu aproveitamento.

5.9 A conclusão com aproveitamento do CFOAv, CFOInt E CFOInf, cumpridos os requisitos previstos nos respectivos PPC de cada Curso, será efetivada por ato do Comandante da AFA e publicada em Boletim Interno.

6 DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 O Cadete deverá apresentar-se na AFA para o início do Estágio de Adaptação Militar (EAM) e de seu Curso de Formação, desimpedido de quaisquer compromissos administrativos ou particulares que o impeçam de cumprir as atividades acadêmicas, durante todo o período de sua formação.

6.2 Em decorrência do regime de internato, durante todo o período de realização do Curso de Formação, o Cadete é domiciliado e residente na AFA.

6.3 Os Cursos de Formação da Academia da Força Aérea não preveem a situação de dependência e nem de repetência de disciplinas, em quaisquer de seus anos.

6.4 Há a previsão da Promoção em Condicionalidade para determinadas disciplinas com caráter eminentemente prático, tendo em vista as particularidades relativas a prazos e de infraestrutura que envolvem suas execuções, dentro das regras estabelecidas no PPC do respectivo Curso de Formação.

6.5 As recompensas e os prêmios a serem concedidos aos Cadetes que mais se destacarem nas atividades inerentes aos Cursos de Formação da AFA serão regulados em normas específicas.

6.6 Os licenciamentos coletivos são determinados por ato do Comandante da Academia da Força Aérea.

6.7 As Férias Escolares serão estabelecidas de acordo com o Calendário Escolar e o Programa de Atividades Escolares elaborados pela AFA e aprovados pelo seu Comandante.

6.8 É permitido ao Cadete organizar, com prévia autorização do Comandante da AFA, Sociedade ou Associação, ambas sem fins lucrativos, de ordem cívica, desportiva, social e cultural, que desenvolva o espírito de corpo, a cidadania, o caráter, os valores éticos e militares, que aprimore os seus conhecimentos. As responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, penais e econômico-financeiras decorrentes das atividades da Sociedade ou Associação serão de responsabilidade exclusiva destas e de seus dirigentes.

6.9 Os casos não previstos nesta instrução serão resolvidos pelo Diretor de Ensino da Aeronáutica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. **Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 11 dez. 1988.

BRASIL. Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. **Altera o Estatuto dos Militares e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 17 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011. **Dispõe sobre o Ensino da Aeronáutica e revoga o Decreto-Lei nº 8.437, de 24 de dezembro de 1945 e as Leis nº 1.601, de 12 de maio de 1952 e 7.549, de 11 de dezembro de 1986.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 5 ago. 2011.

BRASIL. Decreto nº 76.322, de 22 de Setembro de 1975. **Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER).** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 23 set. 1975.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Documentação da Aeronáutica. Portaria COMGEP Nº 836/DLE, DE 1º DE MAIO DE 2019. Aprova a edição da Norma de Sistema que dispõe sobre **Correspondência e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica – NSCA 10-1.** Rio de Janeiro, RJ, 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Portaria COMGEP nº 1.444/DLE, de 24 de julho de 2014. Aprova a 1ª modificação da Norma de Sistema que Disciplina o **Processo de Confeção, Controle e Numeração de Publicações Oficiais do Comando da Aeronáutica – NSCA 5-1.** Rio de Janeiro, RJ, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Portaria COMGEP nº 32/3SC3, de 18 de maio de 2020. Aprova a 1ª Modificação da Norma de Sistema que Disciplina o **Teste de Avaliação do Condicionamento Físico no Comando da Aeronáutica – NSCA 54-3.** Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENDS Nº 56 /DE-1, de 18 de fevereiro de 2012 **Procedimentos para Confeção, Expedição, Registro, Apostilamento de Diplomas, Certificados e Históricos Escolares: ICA 37-468.** Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. Portaria nº 1.338/GC3, de 06 de Agosto de 2019. **Dispõe Sobre a Seleção e a Matrícula de Alunos Concludentes do CPCAR no CFOInt e CFOInf da Academia da Força Aérea.** Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Portaria COMGEP nº 179/3SC2, de 05 de agosto de 2021. Aprova a edição do **MCA 36-8 – Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica – PPOA – Volume I – QOAV, QOINT e QOINF.** Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Portaria COMGEP nº 1.673/DLE, de 24 de agosto de 2016. Aprova a edição da Norma que define a **Situação Militar dos Desligados dos Cursos e Estágios de formação de Oficiais e de Praças da Ativa e do Curso de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica – NSCA 33-2.** Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Administração de Pessoal. Portaria DIRAP nº 6.029/SODG, de 29 de novembro de 2017. Aprova a reedição da Instrução do Comando da Aeronáutica para **Padronização de Processos Administrativos – ICA 35-1**. Rio de Janeiro, RJ, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENDS nº 56/DE-1 de 10 de fevereiro de 2012. Aprova a reedição da Instrução que estabelece os **Procedimentos para Confecção, Expedição, Registro, Apostilamento de Diplomas, Certificados e Históricos Escolares – ICA 37-468**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Saúde. Portaria DIRSA nº 8/SECSDTEC, de 27 de janeiro de 2016. Aprova a reedição da Instrução que trata das **Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica (ITIS) - ICA 160-6**. Rio de Janeiro, RJ, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. Portaria nº 1.531/GC3, de 15 de setembro de 2014. Aprova a 2ª modificação das **Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde na Aeronáutica (IRIS) - ICA 160-1**. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Portaria COMGEP nº 422/DLE, de 04 de maio de 2018. Aprova a edição da Norma de Sistema da Aeronáutica que dispõe as **Inspeções de Saúde para Ingresso nos Corpos e Quadros da Aeronáutica – NSCA 160-10**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. Portaria GABAER nº 81/GCI, de 29 de abril de 2021. Aprova a reedição do – **Plano de Pessoal da Aeronáutica – PPAER – PCA 30-1**. Rio de Janeiro, RJ, 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. Portaria nº 982/GC3, de 11 de agosto de 2016. Aprova a reedição da Instrução que dispõe sobre as **Atividades de Ensino no Comando da Aeronáutica para Integrantes de Forças Armadas de Nações Amigas – ICA 37-21**. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Ensino. Portaria DIRENS nº 85/SFA, de 17 de maio de 2021. Aprova a modificação da Instrução que estabelece as **Normas para a Elaboração, Alteração e Atualização de Projeto Pedagógico de Curso – ICA 37-836**. Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Ensino. Portaria DIRENS nº 92/SFA, de 28 de maio de 2021. Aprova a reedição da **DCENS 33 – Diretriz de Acompanhamento de Elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC)**. Brasília, DF, 2021.